

INTRODUÇÃO

Em Setembro de 2011, apresentou-se à Comissão de Acompanhamento e Fiscalização (CAF) o Projecto, com o *Portefólio* que se encontra anexo.

O Projecto foi realizado em dois diferentes momentos:

- **Entre Setembro de 2011 e Abril de 2012** (data da suspensão das trabalhos da Escola Luis de Freitas Branco: Lote 3EL4)
- **Entre Maio de 2012 e Setembro de 2014**, apenas se manteve em actividade parte da estrutura interna da António Silva Campos SA, adstrita ao Projecto.
- **Entre Outubro de 2014** (data do levantamento da suspensão dos trabalhos) e **Julho de 2015.**, tendo-se concretizado num total de **18 meses** de actividade.

A coordenação do Projecto foi entregue à Fundação Guilhermina de Deus Ramos (www.fundacaogdr.org), os participantes no Projecto, foram os profissionais de engenharia do próprio Consorcio construtor do Lote 3EL4 e outros profissionais, pedagogos, juristas e técnicos, bem como Instituições, que constam da Lista de Participantes e respectivos currículos, que se encontra em Anexo ao Projecto. (vg. LISTA DE PARTICIPANTES e ANEXO CURRICULAR)

I - Objectivos:

O objectivo do projecto “O Envolvimento da Comunidade Educativa na Manutenção do Património Escolar” envolve três pesquisas com um propósito único, o de promover entre a comunidade científica e educativa o interesse pelo património cultural, quer físico quer intelectual, orientando um desejo de saber e de participar, proporcionando indicadores de qualidade que possam ser úteis a agentes educativos ou instituições importantes nas comunidades locais.

A sensibilização para este tema pode ser de extrema utilidade na:

- Oferta de serviços e actividades locais
- Adequação de práticas aos grandes objectivos da educação e da cidadania em geral
- Adequação das iniciativas existentes e futuras aos princípios de uma cidadania activa e participativa

Embora as audiências e os objectivos de cada uma possam ser diferentes, e usar diferentes abordagens, é necessária uma linguagem base de comunicação e intervenção, que promova um diálogo honesto e consistente entre as diferentes áreas e os diferentes participantes.

Essa a grande preocupação deste trabalho de investigação que envolve diferentes técnicos e abordagens:

- A dos especialistas em engenharias de manutenção e património;

- A dos pedagogos e professores bem como a de psicólogos e especialistas em dinamização comunitária;
- A de especialistas em legislação da educação e património;

Na verdade estamos perante a identificação de preocupações e actividades, quer de intervenção no terreno, quer de avaliação de dados, de diferentes ciências e especialidades. Este projecto pretende contribuir de alguma forma para a promoção de uma consciência inter-relacional no planeamento e execução de acções relativas a melhoria dos objectivos e prioridades na matéria em estudo.

O papel das escolas em geral, e das suas de comunidades envolventes, bem como o dos aspectos relacionados com as manutenções, é central no desenvolvimento de melhorias e da qualidade das acções em prol da educação para a defesa do património, tal como se pretende e deseja implementar. A concordância das diferentes sensibilidades e esforços é sempre uma mais valia cujo proveito cultural, económico e financeiro não é de desprezar; importa realçar que fomentar a interdisciplinaridade na construção de objectivos comuns é também uma prioridade educativa.

No entendimento de que a esfera principal de responsabilidade, cabe às autoridades educativas locais a um nível geral, a participação no desenvolvimento da qualidade de uma escola, no seu singular, é também muito importante. Por isso tentou-se neste projecto uma abordagem genérica e inclusiva de todos os sectores, desde os técnicos de engenharia, aos pedagogos, juristas, e educadores em geral, para mencionar somente os incluídos nesta intervenção, para que uma

terminologia comum capacite o aproveitamento das influências que a educação extra muros, a educação comunitária, ou dos serviços de manutenção e suporte externos possam ser considerados numa perspectiva de esforços integrados.

O envolvimento das actividades e das competências técnicas de profissionais tão importantes como os da engenharia cujas são as traves mestras da construção geral de uma projecto educativo são de salientar, a par dos que se ocupam na definição das linhas reguladoras, como os juristas e os pedagogos, é objectivo prioritário deste estudo.

A sua articulação, contudo, embora teoricamente desejada, não tem sido uma prática. Como nem sempre a sua autoridade retórica tem sido estribada nas concretas necessidades das escolas e dos seus utentes.

Na verdade é preciso conhecer uma escola, no seu concreto e em geral, é preciso conhecer as suas comunidades, e o seu *ethos*, para fazer ser aceites por essas as modificações, as alterações as orientações que se entendam poder melhorar e ser uma mais valia na promoção e desenvolvimento de uma comunidade educativa.

Essa promoção deve poder responder, prioritariamente, a uma questão básica:

- Que diferença pode fazer uma intervenção externa, seja de uma autoridade educativa ou outra, na qualidade da educação local?
- Ou,
- Como é que uma comunidade se pode sentir pertença e responsável pelo ambiente escolar.

A resposta pode vir a ser dada pela forma de fechar um círculo de intervenções desligadas, quer nos seus tempos de intervenção, quer nos seus desejos mais imediatos de aplicação. Só um quadro de referências complementar e integrador, que identifique as áreas prioritárias de cada agente e actor, e a sua capacidade de definição de uma estratégia integrada permitirá uma gestão única e salutar de objectivos comuns.

É também de realçar que *“o principal interessado no bom funcionamento de uma escola é a comunidade que a serve”* (Oliveira Soares, S. Paulo); portanto a participação dessa comunidade é fundamental para o desenvolvimento de parcerias responsáveis, que valorizem um sentimento de pertença a um grupo que valoriza a escola como um património cujo interesse deva ser valorizado.

É um facto que há instituições e associações cívicas de proximidade, por vezes apoiadas por autoridades locais, que promovem um alargado leque de serviços e de intervenções nas escolas de pertença. Será – talvez- o caso das actividades relacionadas com a “jardinagem, limpeza, e manutenção” ou com a prestação de “serviços de segurança e saúde”, ou mesmo de “alimentação” mas isso, nem sempre, significa uma melhoria específica ou um desenvolvimento qualitativo dos aspectos de referência a um património local. Para tanto é importante que essas intervenções sejam continuamente articuladas e avaliadas, nos seus recursos e nas suas práticas, para que o seu contributo seja directamente proporcional ao aumento da qualidade dos seus resultados.

Uma comunidade que se deseje educativa tem que contribuir, directa ou indirectamente, para o bem-estar físico e cultural da escola onde coloca

os seus filhos, valorizando os espaços, sentindo-os de forma carinhosa, e reforçando os interesses em proteger e ensinar; *“dessa forma criaremos uma cultura de consciencialização e soma de esforços para melhoria dos padrões de uso e da qualidade dos edifícios escolares”* (Oliveira Soares, S. Paulo).

As estruturas locais de intervenção e a sua gestão estão sempre numa contínua mudança, quer interna e localmente, quer do ponto de vista das orientações nacionais. Se é um facto que, no limite, visam melhorias na forma como as comunidades, e os seus indivíduos desejam ver os serviços prestados, também se pode afirmar que algumas responsabilidades específicas acabam por ficar dispersas entre gabinetes, acções ou delegações, cujos resultados imediatos são, por vezes, muito fracos. Uma forma de escapar a este constrangimento, que é real, será a de concentrar sinergias, ouvindo cada um dos interessados, e quase todos; promovendo políticas internas de auto avaliação e de identificação de necessidades, como por exemplo, levar uma escola, e cada um dos seus actores, a pensar *“o que vale um contrato com empresas de jardinagem (por hipótese) sem que a escola deseje e participe nessa decisão”*?

Trata-se de desfazer uma atitude do *“isso não é nada comigo”*, para uma de integral responsabilização e cuidado. Trata-se, em suma de *“motivar, ou seja colocar uma temática no centro de um diálogo de forma a produzir uma emoção e dar um sentido a um conteúdo problemático”*.

Esperar-se-á igualmente que os técnicos dos departamentos decisores, dos mais diversos domínios, participem e validem acções e iniciativas autónomas de agentes, figuras ou instituições cívicas locais, tais como as

associações de pais ou as juntas de freguesia, até aos clubes desportivos e culturais, para mencionar os mais comuns.

Tanto quanto foi possível neste projecto, salientaram-se os aspectos cuja contribuição é imprescindível no desenvolvimento da qualidade de um projecto educativo.

II - Estratégia

De que falamos quando falamos em Património? Na verdade de que falamos quando falamos de património escolar? Quais os conteúdos? Que reflexões, objectivas ou subjectivas encerram?

O que entendemos por comunidade educativa?

Estas duas questões constituem o ponto de partida para a investigação sobre a forma de desenvolver acções de ligação de uma comunidade a um projecto comum.

Para tentar responder, tentou-se fazer uma leitura o mais objectiva possível, ainda que com uma ruptura relativamente a ideias preconcebidas ou preconceitos e opiniões cuja bagagem cultural não envolva reflexão teórica.

Ou seja, o trabalho partiu da observação de factos, por forma a *“construir uma reflexão organizada em torno daquilo que o conceito exprime”* (Quivy, 2008);

Na verdade, o tema Património apresenta-se com diferentes interpretações. Embora haja hoje em dia uma reflexão consensual que define património “como o conjunto de bens materiais e imateriais que, pelo seu valor histórico devem ser considerados de interesse relevante para a permanência e identidade cultural de um povo” (Convenção da UNESCO, 1972) também pode ser verdade que essa importância não se transfere automaticamente para a utilização dos bens e serviços do nosso viver quotidiano.

Tal questão pode aplicar-se as escolas, e a sua utilização, quer como ambientes de estudo, quer como promotoras de vivências extra escolares.

Por outro lado é sabido que muito se tem discutido sobre as responsabilidades da escola, dos meios legais, jurídicos ou materiais necessários ao suporte não só de consciência cívica, mas ainda de boas práticas auto sustentadas.

Traçar de linhas pensamento e actividades, bem como identificar os meios e recursos disponíveis é uma forma de entender como se poderá dinamizar um debate sobre estas questões em contexto escolar, e identificar os meios e os recursos disponíveis para desenvolver as acções.

Para tanto definiu-se uma linha de trabalho que consistiu prioritariamente em centrar a pesquisa em acções concretas de observação e registo de dados. Cientes que não é possível estabelecer verdades inequívocas mas que a observação de factos concretos em muito alarga a fiabilidade das conclusões.

III- Metodologia

O inquérito é hoje em dia uma importante forma de fazer pesquisa. Os dados recolhidos com os instrumentos disponíveis para inquirição servem múltiplos propósitos, podendo ser de extrema utilidade quer na identificação e debate de problemas tóricos, quer na dos aspectos práticos.

Por outro lado a possibilidade de utilizar as novas tecnologias na recolha de dados, não só justifica neste projecto como resolve de forma pragmática e económica a utilização de inquéritos.

Neste trabalho o inquérito revestiu-se de duas formas, utilizadas consoante as necessidades de cada grupo técnico em presença.

Assim em dois dos subprojectos, a saber no subprojecto 1- ***“Instrumentos de Participação da Comunidade na Manutenção”*** e no subprojecto 3- ***“Legislação aplicável a edifícios escolares: conservação e manutenção”***, optou-se pela utilização de questionários de resposta fechada, porque este permite obter produções estritamente relacionadas com o quadro teórico traçado, objectivo e técnico.

A leitura das conclusões permitirá uma análise das práticas de gestão e manutenção dos espaços escolares e sugestões de sustentabilidade, consoante as diferentes tipologias de edifícios e do modelo de gestão e responsabilidades legalmente distribuída

No caso do subprojecto 2- ***“Cidadania e Valores: a noção de património como um dos valores da sociedade moderna - Formação e capacitação***

de agentes activos”, optou-se por questionários de resposta aberta e entrevistas.

Os questionários de resposta aberta justificam-se neste subprojecto pois trata-se aqui de inquirir sobre opiniões ou desejos que os respondentes hipoteticamente formulam de forma subjectiva ou consoante as suas expectativas e base cultural, comparando respostas com o universo em questão.

Por outro lado, com a entrevista, é possível situar alguns factos concretos, como sejam as condições reais de uma escola e as situações em que existe adequação, ou não, aos temas teóricos a analisar.

As abordagens permitidas com utilização de trabalho on-line, quer num caso quer no outro, facilitaram grandemente a tradicional prática de reuniões presenciais e debates circunscritos a determinadas equipas ou personalidades, como inicialmente previsto; no caso das reuniões previstas e nos contactos com parceiros alargada proposta de trabalho.

O actual hábito de trabalhar e comunicar por via electrónica, (como alternativa a *alguma resistência a deslocações ou reuniões presenciais*) por via Skype ou teleconferência, foi especialmente notado no desenvolvimento deste projecto.

A recolha de dados foi feita por inquéritos e Workshops colocados on-line em sites referenciais, tais como:

1. O *site* www.fundacaogdr.org para as equipas dos subprojectos 1, 2 e 3
2. O *site* de formação cfcmm@cfcm.pt, especificamente para o subprojecto 2

3. O Projecto no *site* da Fundação, em www.fundacaogdr.org:
Projecto de Investigação e Desenvolvimento, manter-se-á activo, em aberto e a receber contribuições e testemunhos pelo menos até Julho de 2017.